

KIYOSHI HARADA

DIREITO
FINANCEIRO
e TRIBUTÁRIO

26^a *Revista, atualizada
edição e ampliada*



- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2017 by

EDITORA ATLAS LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Elíseos – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).
Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Ítalo Frediani

- Fechamento desta edição: 30.12.2016

- Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil).

Harada, Kiyoshi

Direito financeiro e tributário / Kiyoshi Harada. – 26. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2017.

Bibliografia.

ISBN 978-85-97-01042-8

1. Direito Financeiro 2. Direito Tributário I. Título.

95-3385

CDU-34.336

SUMÁRIO

PARTE I – DIREITO FINANCEIRO.....	1
1 INTRODUÇÃO.....	3
1.1 Conceito de atividade financeira do Estado.....	3
1.2 Fins da atividade financeira.....	4
1.2.1 Serviços públicos.....	5
1.2.2 Poder de polícia.....	6
1.2.3 Intervenção no domínio econômico.....	8
1.3 Ciência das finanças e o estudo da atividade financeira sob o enfoque econômico.....	15
2 DIREITO FINANCEIRO.....	16
2.1 Conceito e objetos do direito financeiro.....	16
2.2 Autonomia do direito financeiro.....	17
2.3 Relacionamento com os demais ramos do direito.....	19
3 DESPESAS PÚBLICAS.....	21
3.1 Conceito.....	21
3.2 Necessidades das despesas públicas.....	24
3.3 Classificação das despesas públicas.....	24
3.4 Execução das despesas públicas.....	26
3.4.1 Pagamento de precatório.....	28
3.5 Execução de despesas extraordinárias.....	38
3.6 Despesas públicas na Lei de Responsabilidade Fiscal.....	40

XVIII DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO • HARADA

4 RECEITAS PÚBLICAS	41
4.1 Conceito.....	41
4.2 Classificação das receitas públicas	43
4.2.1 Receitas originárias.....	46
4.2.1.1 Conceito	46
4.2.1.2 Modalidades de receitas originárias segundo as fontes	46
4.2.1.3 Princípios constitucionais concernentes a empresas estatais	48
4.2.1.4 Teoria sobre preços públicos. Sua distinção com as taxas.....	49
4.2.1.5 Pedágio e sua natureza jurídica.....	53
4.2.2 Receitas derivadas	55
4.2.2.1 Conceito	55
4.2.2.2 Espécies de tributos	56
4.2.2.3 Princípios constitucionais tributários	56
4.2.2.4 Repartição das receitas tributárias	56
4.2.2.5 Regras concernentes à repartição das receitas.....	58
4.2.3 Multa	66
4.3 Compensação financeira.....	66
4.3.1 Generalidades	66
4.3.2 Sua instituição legal	67
4.3.3 Sua natureza jurídica	70
4.4 Receitas públicas na Lei de Responsabilidade Fiscal.....	72
5 ORÇAMENTO	73
5.1 Conceito.....	74
5.2 Natureza jurídica do orçamento	75
5.3 Processo legislativo	77
5.4 Aspectos políticos do orçamento.....	82
5.5 Aspectos econômicos do orçamento.....	83
5.6 Princípios orçamentários.....	84
5.6.1 Princípio da exclusividade.....	85
5.6.2 Princípio da programação	85
5.6.3 Princípio do equilíbrio orçamentário	86
5.6.4 Princípio da anualidade	87
5.6.5 Princípio da unidade	88
5.6.6 Princípio da universalidade.....	88
5.6.7 Princípio da legalidade.....	89
5.6.8 Princípio da transparência orçamentária.....	89
5.6.9 Princípio da publicidade orçamentária.....	90

5.6.10	Princípio da não vinculação de receita de impostos	91
5.6.11	Princípio da especialidade dos incentivos fiscais	93
5.6.12	Princípio da responsabilidade na gestão fiscal	94
5.6.13	Outros princípios	95
5.7	Leis orçamentárias	96
5.7.1	Orçamento plurianual.....	96
5.7.2	Lei de Diretrizes Orçamentárias	98
5.7.3	Orçamento anual	100
5.7.3.1	Orçamento autorizativo	102
5.7.3.2	Orçamento impositivo.....	107
5.7.4	Lei complementar. Lei nº 4.320, de 17-3-1964.....	111
5.7.5	Instituição de fundos.....	113
5.7.6	Atentados à lei orçamentária e crime de responsabilidade	117
5.8	Fiscalização e controle dos orçamentos.....	124
5.8.1	Tipos de controle.....	129
5.8.1.1	Controle interno	129
5.8.1.2	Controle externo.....	131
5.8.1.3	Controle privado.....	133
5.9	Tribunal de Contas da União	134
5.9.1	Introdução	134
5.9.2	Composição	135
5.9.3	Atribuições.....	136
5.10	Tribunais de Contas nos Estados e nos Municípios	144
5.11	Conselho Nacional dos Tribunais de Contas.....	145
6	CRÉDITO PÚBLICO	150
6.1	Conceito.....	150
6.2	Evolução histórica	153
6.3	Classificação do crédito público	154
6.3.1	Empréstimo perpétuo e empréstimo temporário.....	154
6.3.2	Dívida pública flutuante e dívida pública fundada	154
6.3.3	Empréstimos internos e empréstimos externos	155
6.3.4	Créditos compulsórios e créditos voluntários.....	156
6.3.5	Classificação constitucional.....	158
6.3.6	Vinculação da receita de impostos	159
6.4	Crédito forçado	166
6.4.1	Técnicas do crédito involuntário.....	166
6.4.2	Utilização de fundos de estabelecimentos.....	166
6.4.3	Papel-moeda	168
6.4.4	Inflação sistemática.....	168

XX DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO • HARADA

6.5	Crédito voluntário.....	169
6.5.1	Prêmios de reembolso.....	170
6.5.2	Juros progressivos.....	170
6.5.3	Moeda e empréstimos indexados.....	171
6.5.4	Títulos da dívida pública.....	171
6.5.5	Lotos.....	172
6.5.6	Conversão.....	172
6.6	Crédito público na Constituição Federal.....	173
6.7	Crédito externo. Considerações gerais.....	176
6.7.1	FMI e Birde.....	178
6.8	Dívida externa brasileira.....	179
6.9	Banco Central e finanças públicas.....	183
7	DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS PERTINENTES E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR.....	187
7.1	Disposições da Constituição Federal.....	187
7.2	Ato das disposições constitucionais transitórias.....	200
7.3	Emenda Constitucional nº 10/96 – FEF.....	202
7.3.1	Emenda Constitucional nº 31, de 14 de dezembro de 2000 – FCEP.....	204
7.3.2	Fundos estadual e municipal de combate à pobreza.....	207
7.4	Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.....	207
7.5	Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990.....	231
7.6	Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950.....	235
7.7	Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967.....	246
7.8	Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.....	253
7.9	Resoluções do Senado Federal.....	262
7.9.1	Resolução nº 40, de 20 de dezembro de 2001.....	262
7.9.2	Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2001.....	264
7.9.3	Resolução nº 23, de 11 de abril de 1996.....	283
7.10	Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.....	284
7.11	Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000.....	332
	PARTE II – DIREITO TRIBUTÁRIO.....	335
8	INTRODUÇÃO.....	336
8.1	Evolução do fenômeno da tributação.....	336
8.2	Conceito de Direito Tributário.....	338
8.3	Autonomia do Direito Tributário.....	338
8.4	Relações do Direito Tributário com outros ramos do direito.....	339

8.5	Fontes do Direito Tributário	339
8.5.1	Fontes materiais.....	340
8.5.2	Fontes formais	340
8.5.2.1	Normas constitucionais e emendas constitucionais	340
8.5.2.2	Leis complementares	341
8.5.2.3	Leis ordinárias	341
8.5.2.4	Leis delegadas.....	341
8.5.2.5	Medidas provisórias.....	342
8.5.2.6	Decretos legislativos	343
8.5.2.7	Resoluções.....	344
8.5.2.8	Tratados e convenções internacionais	344
8.5.2.9	Decretos	346
8.5.2.10	Fontes formais secundárias.....	347
9	SISTEMA TRIBUTÁRIO NA CONSTITUIÇÃO.....	348
9.1	Generalidades	349
9.2	Tributos	350
9.2.1	Definição de tributos. Sua natureza jurídica	350
9.2.2	Espécies de tributos.....	352
9.2.2.1	Impostos.....	353
9.2.2.2	Taxas	354
9.2.2.3	Contribuição de melhoria	356
9.2.2.4	Empréstimos compulsórios	358
9.2.2.5	Contribuições sociais	358
9.2.2.5.1	Contribuições sociais do art. 149 da CF.....	362
9.2.2.5.2	Contribuições sociais do art. 195 da CF.....	372
9.2.2.5.3	Emendas Constitucionais nºs 20/98, 45/04 e 47/05	401
9.2.2.5.4	Contribuição social dos servidores públicos	403
9.2.2.5.5	Contribuição social do salário-educação ...	409
9.2.2.5.6	Contribuição para o seguro de acidentes do trabalho.....	411
9.2.2.5.7	Contribuições sociais sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).....	415
9.3	Competência tributária	417
9.3.1	Discriminação de rendas tributárias.....	417
9.3.2	Limitações constitucionais do poder de tributar	418
9.3.2.1	Princípio da legalidade tributária.....	421

9.3.2.2	Princípio da anterioridade e princípio da nonagesimidade.....	422
9.3.2.3	Princípio da isonomia tributária.....	425
9.3.2.4	Princípio da capacidade contributiva	426
9.3.2.5	Princípio da vedação de efeitos confiscatórios	428
9.3.2.6	Princípio da imunidade recíproca.....	430
9.3.2.7	Princípio da imunidade genérica e específica	433
9.3.2.7.1	Imunidade genérica de impostos.....	433
9.3.2.7.2	Imunidade da contribuição social para a seguridade social	441
9.3.2.7.3	Imunidade da contribuição social sobre o lucro líquido	442
9.3.2.8	Princípio da imunidade de tráfego interestadual e intermunicipal	443
9.3.2.9	Princípio da uniformidade de tributo federal em todo o território nacional.....	444
9.3.2.10	Princípio da uniformidade de tributo estadual ou municipal quanto à procedência ou destino de bens e serviços de qualquer natureza	445
9.3.2.11	Princípio da igualdade de tratamento dos títulos da dívida pública federal, estadual ou municipal e dos vencimentos pagos pelas três entidades políticas.....	446
9.3.2.12	Princípio da imunidade do imposto sobre a renda relativamente a proventos de aposentadoria e pensão percebidos por pessoas com idade superior a 65 anos	446
9.3.2.13	Princípio da vedação de a União decretar isenção de impostos das entidades periféricas	448
9.3.2.14	Princípio da imunidade de pequenas glebas rurais	448
9.3.2.15	Princípio da transparência tributária.....	449
9.3.2.16	Princípios implícitos.....	450
9.4	Impostos da União.....	453
9.4.1	Imposto de importação e imposto de exportação	453
9.4.2	Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.....	455
9.4.3	Imposto sobre produtos industrializados	470
9.4.4	Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos e valores mobiliários	477
9.4.5	Imposto sobre a propriedade territorial rural.....	480
9.4.6	Imposto sobre grandes fortunas	483
9.4.7	Impostos extraordinários	484
9.4.8	Impostos inominados	484
9.4.9	Imposto provisório sobre movimentação financeira	484

9.5	Impostos estaduais	489
9.5.1	Imposto sobre transmissão <i>causa mortis</i> e doação de quaisquer bens ou direitos	490
9.5.2	Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação	499
9.5.3	Imposto sobre a propriedade de veículos automotores	531
9.5.4	Adicional do imposto sobre a renda	533
9.6	Impostos municipais	533
9.6.1	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana	534
9.6.2	Imposto sobre a transmissão <i>inter vivos</i> , a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis	540
9.6.3	Imposto sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel	546
9.6.4	Imposto sobre serviços de qualquer natureza	546
9.6.4.1	Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003	552
9.7	Regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte	588
10	LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	596
10.1	Leis, tratados e convenções internacionais, decretos e normas complementares	596
10.1.1	Leis	597
10.1.2	Tratados e convenções internacionais	597
10.1.3	Decretos	599
10.1.4	Normas complementares	599
10.2	Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária	600
10.2.1	Vigência da legislação tributária	600
10.2.2	Aplicação da legislação tributária	600
10.2.3	Interpretação da legislação tributária	602
10.2.4	Integração da legislação tributária	604
11	OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA	608
11.1	Definição e espécies	608
11.2	Elementos da obrigação tributária	609
11.2.1	Lei	609
11.2.2	Fato gerador	610
11.2.2.1	Elemento objetivo do fato gerador	611
11.2.2.2	Aspecto subjetivo do fato gerador	611
11.2.2.3	Aspecto quantitativo do fato gerador	615
11.2.2.4	Aspecto espacial do fato gerador	615
11.2.2.5	Aspecto temporal do fato gerador	615
11.2.3	Fatos geradores confrontantes	617

11.3 Responsabilidade tributária	617
11.3.1 Princípio e requisitos	618
11.3.2 Responsabilidade dos sucessores	619
11.3.3 Responsabilidade de terceiros	622
11.3.4 Responsabilidade por infrações	626
11.3.5 Denúncia espontânea	628
12 CRÉDITO TRIBUTÁRIO	629
12.1 Conceito e natureza jurídica	630
12.2 Constituição do crédito tributário pelo lançamento	630
12.2.1 Lançamento direto	633
12.2.2 Lançamento misto	633
12.2.3 Lançamento por homologação	634
12.3 Suspensão do crédito tributário	637
12.3.1 Moratória	638
12.3.2 Depósito do montante integral do crédito	640
12.3.3 Reclamações e recursos administrativos	641
12.3.4 Concessão de liminar em mandado de segurança	641
12.3.5 Parcelamento	642
12.4 Extinção do crédito tributário	643
12.4.1 Pagamento	643
12.4.2 Demais modalidades	645
12.4.2.1 Compensação	645
12.4.2.2 Transação	648
12.4.2.3 Remissão	649
12.4.2.4 Prescrição e decadência	650
12.4.2.5 Conversão de depósito em renda	662
12.4.2.6 Pagamento antecipado e homologação do lançamento, nos termos do disposto no art. 150, §§ 1º e 4º	662
12.4.2.7 Consignação em pagamento, nos termos do disposto no § 2º do art. 164	663
12.4.2.8 Decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória	664
12.4.2.9 Decisão judicial passada em julgado	664
12.4.2.10 Dação em pagamento em bens imóveis	665
12.5 Exclusão de crédito tributário	666
12.5.1 Isenção	666
12.5.2 Anistia	667
12.6 Garantias e privilégios do crédito tributário	669

13 ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	676
13.1 Considerações gerais	676
13.2 Fiscalização.....	679
13.2.1 Sigilo bancário.....	683
13.3 Dívida ativa.....	688
13.4 Certidões negativas	689
14 PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO	693
14.1 Considerações gerais	693
14.1.1 Normas básicas sobre o processo administrativo.....	695
14.2 Processo administrativo tributário federal	696
14.3 Processo administrativo tributário estadual.....	705
14.4 Processo administrativo tributário municipal	709
14.5 Consulta em matéria tributária.....	711
14.6 Revisão judicial de decisão administrativa contrária à Fazenda.....	713
15 PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO	724
15.1 Considerações gerais	724
15.1.1 Tutela de urgência.....	725
15.2 Execução fiscal	728
15.3 Ação anulatória em matéria fiscal.....	735
15.4 Ação de repetição de indébito.....	736
15.5 Ação declaratória em matéria fiscal	742
15.6 Ação de consignação em pagamento	743
15.7 Mandado de segurança	744
15.8 Medidas cautelares em matéria fiscal.....	750
15.9 Ação direta de inconstitucionalidade.....	751
15.10 Ação declaratória de constitucionalidade.....	756
15.11 Medida cautelar fiscal.....	758
16 PUNIBILIDADE EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	760
16.1 Ilícito tributário.....	760
16.2 Direito Tributário Penal e Direito Penal Tributário.....	761
16.3 Crimes tributários	766
16.3.1 Lei nº 4.729/65	767
16.3.2 Lei nº 8.137/90	768
16.4 Extinção da punibilidade.....	770
16.4.1 Retroatividade da lei benigna.....	770
16.4.2 Anistia	773
16.4.3 Evolução legislativa.....	778

16.5 A questão da prejudicialidade da ação penal.....	783
16.6 Considerações finais.....	785
17 LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR E PROJETO DE REFORMA TRIBUTÁRIA	790
17.1 Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965.....	790
17.2 Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990	793
17.3 Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.....	796
17.4 Lei nº 8.866, de 11 de abril de 1994.....	798
17.5 Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980	801
17.6 Lei complementar nº 65, de 15 de abril de 1991	817
17.7 Lei nº 8.397, de 6 de janeiro de 1992.....	819
17.8 Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997	823
17.9 Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.....	830
17.10 Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003	834
17.11 Lei Complementar nº 118, de 9 de fevereiro de 2005	850
18 SÚMULAS DE DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO.....	853
18.1 Súmula vinculante	853
18.2 Súmulas do Supremo Tribunal Federal	856
18.2.1 Súmula vinculante do STF.....	871
18.3 Súmulas do Superior Tribunal de Justiça.....	872
19 REFORMA TRIBUTÁRIA. BREVES CRÍTICAS À PEC 233/08	882
19.1 Proposta de emenda à Constituição nº 233/08.....	882
19.2 Breves críticas e sugestões	898
BIBLIOGRAFIA.....	907
ÍNDICE REMISSIVO	911